



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639226 - SP (2021/0005777-4)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : MARCIO ARAUJO NEVES
ADVOGADO : MARCIO ARAUJO NEVES - SP352616
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : SCHINAYDER SILVA DANTAS CARDOSO (PRESO)
OUTRO NOME : SCHINAYDER SILVA CARDOSO
CORRÉU : DOUGLAS ALVES DE SOUZA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de SCHINAYDER SILVA DANTAS CARDOSO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

O paciente foi condenado às penas de 6 (seis) anos de reclusão em regime inicial fechado, de 2 (dois) meses de detenção em regime inicial semiaberto, de 600 (seiscentos) dias-multa, mínimos, por incurso nas penas do art. 33, *caput*, c/c o art. 40, incisos III e VI, ambos da Lei n. 11.343/2006 e art. 329, *caput*, na forma do art. 69, ambos do Código Penal.

O impetrante sustenta, em síntese, que, inconformado com a sentença penal condenatória, a defesa interpôs recurso de apelação, que foi recebido pelo Tribunal de Justiça Estadual na data de 16 de outubro de 2019, ou seja, há um ano e dois meses.

Informa que, até a presente data, não ocorreu o julgamento da apelação, na qual o paciente pleiteia a absolvição e subsidiariamente o reconhecimento do tráfico privilegiado, haja vista tratar-se de réu primário. Alega que, em caso de reforma da sentença penal condenatória, na pior das hipóteses, caso seja reconhecido o privilégio, o paciente teria cumprido sua pena integralmente, restando evidente a demora na formação da culpa.

Requer, liminarmente, a liberdade provisória do paciente para que possa aguardar o julgamento do recurso livre. No mérito, pugna pela concessão da ordem para confirmar os efeitos da liminar então deferida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Considerando as peculiaridades do caso concreto, antes de apreciar o pedido de liminar, solicitem-se informações atualizadas, por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, ao Juízo de primeira instância, sobretudo acerca do andamento da ação penal objeto deste *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente